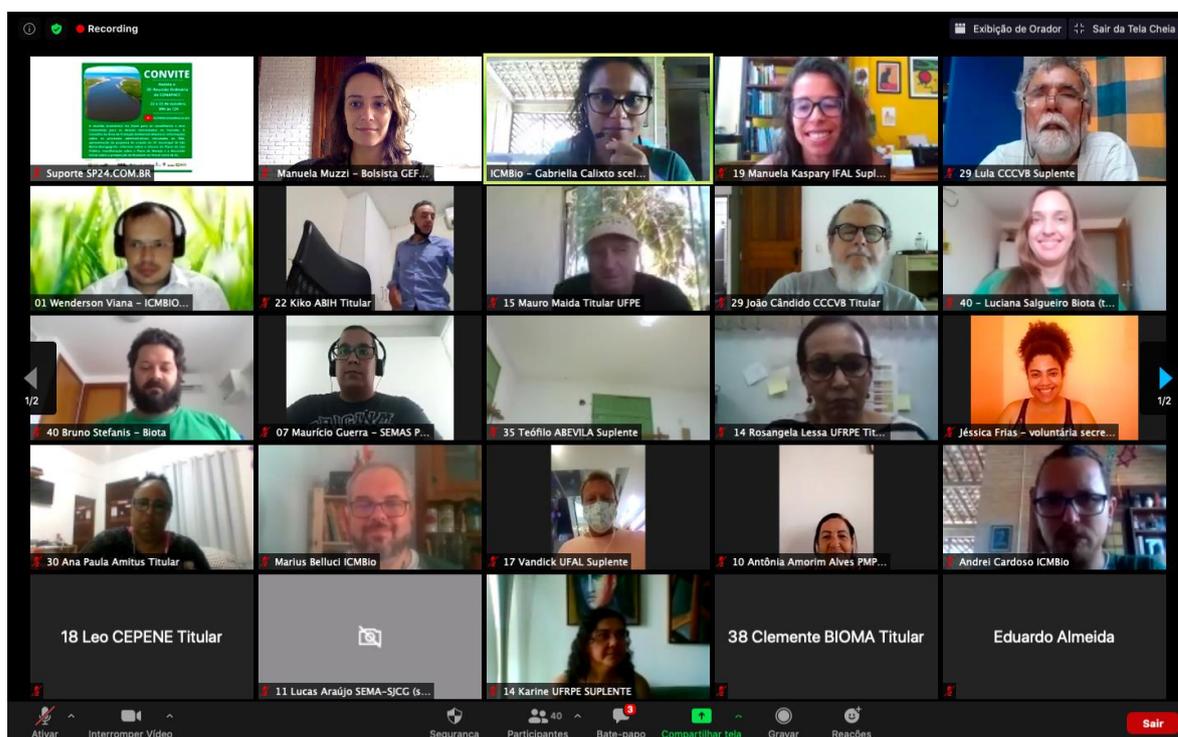




ATA 35^a REUNIÃO ORDINÁRIA CONAPACC



APA Costa dos Corais – 22 e 23 de Outubro de 2020

1 **ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO**
2 **AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC**

3 Data: 22 e 23/10/2020.

4 Dia: 22/08/2020. Início: 09h21min. Fim: 13h04min

5 Dia 23/08/2020. Início: 09h20min. Fim: 13h08min

6 Local: Virtual-Online.

7 Relator: Rafael Sá Leitão Barboza (Bolsista GefMar APACC)

8
9 **Abertura:** Verificado o *Quórum*, conforme lista de presença (Anexo 01), às 9h21min do dia 22/08/2020, o chefe Wenderson (**ICMBio**) declarou oficialmente aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, deu boas vindas e passou a palavra para secretaria do CONAPACC. Ana Paula (**AMITUS**) iniciou pedindo um minuto de silêncio em respeito ao falecimento de mais um conselheiro, o Jurandir. Wenderson reforçou a relevância da perda de dois conselheiros em 2020 e seguiu com a reunião. Gabriella Calixto (**ICMBio**) perguntou sobre pedidos de alteração da memória da última reunião (34ª Reunião CONNAPAC) a qual foi aprovada sem alterações. Deu seguimento com a leitura da pauta. Pauta para o dia 22/10:

16 1) Aprovação da memória da 34ª RO;

17 2) Aprovação da pauta;

18 3) Informes;

19 4) Apresentação do GT Licenciamentos IMA, com presença de convidados do IMA;

20 5) Proposta de criação de UC municipal Croa de São Bento - Prefeitura de Maragogi;

21 Pauta para o dia 23/10:

22 6) Considerações sobre minuta Plano de Uso Público - CT Turismo;

23 7) Manifestação sobre Plano de Manejo – CCC&VB;

24 8) Proposta de convocação da Braskem para esclarecimentos sobre prospecção e exploração do litoral
25 norte de AL - Instituto Biota.

26
27 Bruno (**BIOTA**) solicitou inserção dos números de linhas na ata da reunião anterior para facilitar revisão, ao que foi respondido que serão mantidos, e não estavam na ata aprovada nesta reunião por mero lapso. Gabriella (**ICMBio**) enviou um link para preenchimento da lista de presença (Anexo 01) e passou a palavra para Wenderson para iniciar com os informes, o qual propôs convidar as procuradoras Natali Soares e Juliana Câmara do MPF/Pernambuco e Alagoas, respectivamente, para participar da reunião na plataforma virtual exclusiva dos conselheiros, perguntou para os conselheiros sobre a viabilidade da participação delas na reunião e explicou sobre a importância do MPF na reunião. Não tendo sido contestada a proposta de participação do MPF, foi encaminhado o convite. Continuando com os informes Gabriella (**ICMBio**) falou sobre o processo de Capacitação do CONAPACC focada na participação do setor da pesca, nos espaços de participação social da UC, aberta para todos os conselheiros que também estaria convidando lideranças da pesca identificadas no processo do diagnóstico da pesca, no processo de construção da rede de mulheres e no processo de implementação do projeto jovens protagonistas da pesca artesanal, previsto para ocorrer no final de novembro, ainda em processo de construção, provável duração de uma semana, online com encontros de 2h30min por dia, incluindo participação da reunião do CONAPACC como forma de conteúdo do processo de capacitação. O terceiro informe foi sobre o Projeto Guardiões do Peixe boi, o qual é um projeto de educação ambiental junto às escolas públicas municipais, que teve início em 2019 e objetiva formar jovens do ensino fundamental II, com atividades diárias dentro da sala de aula e atividades externas em parceria do SOS Mata Atlântica e Fundação Toyota, com previsão de expansão para outras áreas onde se encontra peixe-boi. Explica que a pandemia impossibilitou a execução do projeto nas escolas, porém conseguiram iniciar a construção de um material didático que é uma cartilha, e já foi produzido um filme sobre o projeto, o qual foi lançado em primeira mão na reunião CONAPACC. Agradeceu a atriz Eduarda, Fagner, Thiago Hara e ao bolsista Bruno pela execução e qualidade do projeto e vídeo. Bruno (**BIOTA**) informou que a Biota e UFAL retomaram um trecho de monitoramento de praias na APACC por meio de recurso disponibilizado pela FAPEAL para pesquisa sobre o impacto de petróleo e a equipe já está em campo realizando a atividade. Gabriella (**ICMBio**) apresentou e comentou sobre os personagens da APACC que compõem a cartilha, criados pelo artista alagoano Maurício Nunes que também está sendo lançado na reunião. Reforça que a ideia dos personagens é passar a informação de uma forma mais simpática e acolhedora divergindo das placas tradicionais proibitivas. Lilian (**ICMBio**) informou sobre a

55 reestruturação do site para melhorar a comunicação com o público e prestadores de serviço, o qual os dados
56 do uso público são apresentados de forma interativa usando o aplicativo *powerbi*. Manuela (**IFAL**)
57 apresentou o último informe sobre o desenvolvimento de um projeto para embasar a política nacional de
58 qualificação em turismo no recorte de alagoas e os municípios alagoanos que compõem a APACC. Um dos
59 propósitos identificar as principais demandas de qualificação profissional do litoral norte de alagoas, a qual
60 se encontra na fase de escuta dos atores do turismo, pede colaboração dos membros do conselho para
61 responder um questionário específico, a ser disponibilizado posteriormente. Fechou com um convite para
62 um encontro de um grupo focal de qualificação/ formação socioambiental 29 de outubro as 9h.

63 Após os informes, Flávia Rêgo (**APB**) iniciou a pauta falando sobre a resposta da provocação da Ana Paula
64 (**AMITUS**) sobre a falta de transparência nos procedimentos de licenciamento ambiental realizado pelo
65 IMA em áreas de manguezal. Flávia explica que há falta integração entre os órgãos licenciadores. Explicou
66 que Marius (**ICMBio**) recebe os processos de autorização do IMA para ter ciência, que foi criado um GT
67 para analisar os processos de licenciamento que não foram tomados ciência e que estão desacordo com as
68 legislações vigentes, sem expor nomes pessoais e das empresas nas planilhas de avaliação dessas
69 informações. O grupo é formado por Vandick, Ana Paula, Jeferson Tito, Flávia, e Marius como convidado,
70 para apoiar a construção da planilha. Informou que o ICMBio aguarda respostas do IMA sobre o
71 procedimento de licenciamento de alguns processos que divergem de legislações e vigentes e do plano de
72 manejo da APACC. Apresentou a planilha (Planilha Demandas de Licenciamento – Resumo_Set20) com
73 detalhes dos processos e das divergências apontadas pelo ICMBio. Clemente (**Bioma Brasil**) relata que há
74 uma tendência de aumento das autorizações de empreendimentos licenciados pelo IMA em 2020. Sugere
75 que seja feita uma análise temporal das autorizações. Wenderson (**ICMBio**) informa que há dificuldade de
76 diálogo entre ICMBio e IMA em obter ciência dos processos de licenciamento ambiental, também explica
77 que o IMA é o órgão oficial estadual de licenciamento ambiental e não tem que acatar pelas recomendações
78 que o ICMBio faz, também explica a necessidade de maior diálogo e transparência no processo de
79 “compartilhamento” dos processos. Ricardo César (**IMA**), convidado presente, explica que viu várias
80 contestações na planilha e explica que as erosões ocorrem na região desde 1995, falou sobre algumas
81 técnicas utilizadas de contenção da erosão, reconheceu a elevação do nível dos oceanos comprovada pelo
82 IPCC, falou que duvida que tenha algum processo sem estudo ambiental, desde um RAR a um EIA/RIMA,
83 e que o ICMBio estava sendo informado em todos os processos. Afirma que houve divergência sobre os
84 procedimentos, mas após alinhamento com ICMBio e MPF foi ajustado que serão enviados documentos
85 mínimos que atenderiam o ICMBio. Iniciaram enviando documentos de ciência, porem após muitos
86 questionamentos passaram a enviar o processo completo. Reforçou que toda obra de contenção, que não é
87 muro, são *bags* de areia, que podem vir a se colapsar, são acompanhadas de estudo de evolução morfológica
88 da praia assinado por geólogos. Relata que está sendo firmado um “termo de acordo de procedimentos”
89 para que o ICMBio receba as informações de acordo com seus interesses. Bruno (**BIOTA**) pergunta sobre
90 o desacordo dos processos com o plano de manejo. Flavia (**APB**) responde que o desacordo estava no
91 parecer do ICMBio, como por exemplo, impactos na fauna e flora, construções em locais diferentes do
92 planejado. Wenderson (**ICMBio**) explica que o IMA recebe o requerimento do empreendedor e que toda
93 informação recebida é de responsabilidade do empreendedor, quando recebe denuncia, vai *in loco* e solicita
94 ao empreendedor toda a documentação. Explica que foi nessa averiguação que identificaram algumas
95 irregularidades. Ana Paula (**AMITUS**) sugere para Ricardo (**IMA**) que os processos que cheguem no
96 ICMBio venham de forma compacta e resumida para facilitar o acompanhamento pelo ICMBio. Pergunta
97 o motivo de tantos pedidos de muros e de construção nas restingas. Também solicita maior participação do
98 MPF e demanda fiscalização das condicionantes do IMA nos empreendimentos. Karine (**UFRPE**) explica
99 que várias obras costeiras no estado de Pernambuco foram realizadas fundamentadas em estudos profundos
100 específicos em cada área. Sugere que deveriam ser feitos estudos completos específicos de curto, médio e
101 longo prazo de toda orla incluindo impactos na fauna, flora, meio físico e meio socioeconômico. Juliana
102 (**MPF/AL**) informa que o MPF está presente, já participou de outras reuniões e estará sempre a ouvidos.
103 Gabriella (**ICMBio**) leu uma pergunta no *chat* do *youtube* para Ricardo (**IMA**) referente a cercas de arame
104 sobre os *sandbags*. Ricardo (**IMA**) explica que a cerca já deveria ser retirada, servia apenas como marcação
105 e monitoramento de acúmulo de sedimentos. Thereza (**UFPE**) comenta que erosão costeira faz parte de seu
106 tema de trabalho e explica que, em Pernambuco os municípios se uniram em busca de melhorias/mitigação
107 dos processos erosivos nas praias pelo Projeto MAI e pergunta de onde vem a areia e o material que envolve
108 os *sandbags*. Clemente (**Bioma Brasil**) explica que os empreendimentos exigem documentos e solicita que
109 os documentos sejam disponibilizados para o GT. Informa que o material plástico utilizado nos *sandbags*

110 não deveriam ser utilizados devido ao potencial poluidor do mesmo. Bruno (**BIOTA**) questiona as
111 informações “erradas” sobre localização fornecidas pelos empreendedores. Ricardo (**IMA**) responde que a
112 origem dos sedimentos oriundos dos *sandbags* são do mesmo local de sua inserção. Explica que esse tipo
113 de metodologia foi baseada em outros locais do país e que entende que ocorre de forma emergencial e que
114 há um sistema de monitoramento desse sistema. Gabriella (**ICMBio**) informou que o tema da contenção
115 de erosão nas praias será debatido na próxima reunião. Fernando (**Prefeitura Municipal de Maragogi**)
116 pergunta se as licenças podem ser emitidas pelos COMDEMAS já organizados. Ricardo (**IMA**) explica
117 que o licenciamento ambiental é uma concessão pela CEPRAM, podendo conceder ao município as
118 tipologias de licenciamentos que podem ser realizados. Kiko (**ABIH**) fala sobre a importância da celeridade
119 nos processos de licenciamento. Luciana (**BIOTA**) sugere que o GT deve acompanhar o procedimento
120 existente no MPF sobre o tema da comunicação entre órgão licenciador e ICMBio nos processos de
121 licenciamento dentro da APACC e até oficiar ou questionar o IMA, via secretaria ou diretamente, e solicitar
122 acompanhamento do MPF. Ricardo (**IMA**) explica que o IMA não licencia, emite um juízo de valor técnico
123 ao CEPRAM, só emite autorizações mais simples. Luciana (Biota) chama atenção para o fato de que as
124 permissões ambientais apresentadas pelo GT na planilha foram emitidas na forma de autorização, e que
125 essa modalidade é emitida exclusivamente pelo IMA, não passa pelo CEPRAM; Ricardo (**IMA**) explica
126 que as autorizações estão amparadas legalmente por uma legislação estadual para autorização e
127 licenciamento, e esse tipo de licenciamento esta enquadrado em autorização ambiental, só a partir de 500
128 metros passa a ser exigido EIA/RIMA. Ana Paula (**AMITUS**) solicita mais técnicos do IMA e
129 representantes do MPF para participar do GT. Gabriella (**ICMBio**) pergunta se alguém mais tem interesse
130 em compor o GT dos licenciamentos do IMA. Bruno (**BIOTA**) reitera que nos empreendimentos em que
131 se vê placas com o título “autorização”, a permissão foi autorizadas diretamente pelo IMA sem passar pelo
132 conselho, que são a maioria da planilha apresentada (Anexo 02). Wenderson (ICMBio) agradece a presença
133 de Ricardo do IMA e o empenho dos membros do GT fecha a pauta e passa a palavra para a secretaria.

134 **Pauta 5) Proposta de criação de UC municipal Croa de São Bento - Prefeitura de Maragogi:** Juliano
135 Fritscher (**convidado**) inicia a apresentação explicando que há uma croa na área de São Bento onde ocorre
136 passeios e que há uma demanda de ordenamento da área para criação de uma UC – Reserva de
137 Desenvolvimento Sustentável. Também explica que fez o cálculo para o estudo de capacidade suporte na
138 maré até 0,6 m que é o limite de uso, ficando cerca de 10 m², com 25m² por pessoa, objetivando o turismo
139 de base comunitária com embarcações tipo jangada com motor rabeta, totalizando 27 embarcações em
140 viagem única e capacidade de 189 pessoas por dia. Os detalhes do cálculo estão em documento anexo
141 (Anexo 03) enviado para os conselheiros. Bruno (**BIOTA**) questiona qual a modalidade de unidade de
142 conservação proposta, informando que o documento enviado anteriormente não continha nenhuma
143 categoria de unidade de conservação classificada no SNUC e foi apresentado na reunião que a categoria
144 seria uma unidade de conservação. Juliano (**convidado**) explica que o município tem interesse na criação
145 de uma UC municipal. Fernando (**Maragogi**) defende que a área precisa ser disciplinada e que não dá para
146 esperar a aprovação do plano de manejo e que o município tem condições de criar um objetivo do município
147 que ordenar a área, independente de qual instrumento seja utilizado. Informou que o decreto já estava
148 desenhado, mas não estava pronto, exatamente para o conselho fazer as considerações. Lilian (**ICMBio**)
149 explica que uma UC parte do princípio da proteção de algum atributo natural, e qual o nível de proteção e
150 outros aspectos que devem ser dados para poder decidir a categoria da UC a ser criada, tudo isso precisa
151 estar contemplado antes de qualquer criação de decreto, conforme rege o SNUC. Reforçou que no
152 planejamento do uso público da UC já tem essa área identificada no ordenamento da visitação que também
153 pode ser feita mediante os editais de serviço, como já e feito e outras localidades. Mas não há outra forma
154 de ordenar que não seja aguardar aprovação do Plano de Manejo (PM). Exemplifica que em Maragogi há
155 fiscalização ativa nas piscinas naturais não precisando de uma UC para que isso aconteça. Resumiu que
156 aguarda o PM e o Plano de Uso Público para ordenar a visitação nessas áreas que já acontecem e ainda não
157 estão regulamentadas. Fernando (**Maragogi**) explica da pressão que recebeu para ordenar essas áreas e
158 questiona sobre o prazo de aprovação do PM e informa que terá que tomar uma decisão política deixando
159 de fiscalizar as croas de São Bento já que é atribuição do ICMBio. Bruno (**BIOTA**) explica que o conselho
160 tem esse papel de fazer pressão política para aprovação do PM e que o decreto também não vai resolver o
161 problema, sem regra, sem plano de manejo, sem nenhum rito da criação de uma UC, podendo promover
162 mais conflitos com a fiscalização do ICMBio. Também explica que faz parte do rito do processo de criação
163 de uma UC obter manifesto formal das entidades que atuam na região, inclusive SPU e IMA. Clemente
164 (**Bioma Brasil**) reforça a necessidade do pedido de aprovação do plano de manejo inclusive pelo setor

165 produtivo e pede para que todos peçam essa aprovação no ICMBio em Brasília. Wenderson (**ICMBio**)
166 explica sobre a desinformação que a APACC tem sobre o processo de deferimento da aprovação do plano
167 de manejo da APACC. João Candido (**CCC&VB**) relata sua preocupação com a visitação realizada pelos
168 empreendimentos, das condi es de fiscaliza o do ICMBio e da viabilidade da regulamenta o atendendo
169 principalmente a demanda do turismo de base comunitária. Luciana (**BIOTA**) pergunta se não há condi es
170 de dialogar com o empreendedor para firmar um mecanismo de compromisso para uso regulamentado da
171  rea, antes da aprova o do plano de manejo. Bruno (**BIOTA**) informa que o órgão regulamentador não
172 pode trabalhar a cada pedido do empreendedor e só atua com regulamenta o vigente. Luiz Claudio
173 (**CCC&VB**) explica da pressão da visita o em novos locais de visita o e que há um plano de manejo
174 vigente. Leonardo (**ICMBio/CEPENE**) informa que o levantamento e a solicita o para readequa o/
175 representa o cartográfica dos limites da APACC, onde manguezais e faixas de praias estão, foi realizado
176 e encaminhado, mas ainda não teve respostas das diretorias do ICMBio. Também relata que algumas
177 col nias se manifestaram sobre a importância do limite leste da APACC, o qual não contempla a quebra
178 da plataforma. Lilian (**ICMBio**) explica que o plano de manejo 2013 está vigente, explica que a visita o
179 s    autorizada nas zonas de visita o e que as portarias criadas pelo ICMBio inserem novas zonas de
180 visita o. Nos novos formatos de plano de manejo não tem mais zona de visita o, o ordenamento da
181 visita o   feito por editais de credenciamento, então, opina que criar portarias pode não ser efetivo uma
182 vez que esse tipo de regramento está sendo realizado por outro mecanismo. Bruno (**BIOTA**) sugere que o
183 prefeito faça uma solicita o formal de área de visita o. Fernando (**Maragogi**) explica que vai exigir
184 celeridade de aprova o do plano de manejo ao ICMBio, solicitar cria o de UC ou área de visita o e um
185 termo de compromisso ao empreendimento de Japaratinga, sobre o qual não tem jurisdi o. Gabriella
186 (**ICMBio**) leu os encaminhamentos do dia e informou que a pauta da Braskem ficou para o dia 23/10/2020.
187 Wenderson (**ICMBio**) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião as 13:04.

188
189 **Abertura dia 23/10/2020:** Verificado o *Quórum*, conforme lista de presença (Anexo 01), às 9h20min do
190 dia 23/08/2020, o chefe Wenderson (**ICMBio**) declarou oficialmente aberto o 2  dia da reunião, agradeceu
191 a presença de todos, deu boas vindas e passou a palavra para secret ria do CONAPACC. Gabriella
192 (**ICMBio**) substituiu provisoriamente Ana Paula, fez a leitura da pauta aprovada no dia anterior: 6)
193 Considera es sobre minuta Plano de Uso Público - CT Turismo; 7) Manifesta o sobre Plano de Manejo
194 – CCC&VB; 8) Proposta de convoca o da Braskem para esclarecimentos sobre prospec o e explora o
195 do litoral norte de AL - Instituto Biota; Incluiu mais um ponto de pauta, solicitado por email por um dos
196 conselheiros, mesmo tendo sido solicitado fora do prazo: 9) Cria o de um GT sobre preven o da invasão
197 do coral-sol; e deu a palavra para os membros da CT Turismo.

198 **Pauta 6) Considera es sobre minuta Plano de Uso Público.** Lilian (**ICMBio**) iniciou com a
199 apresenta o sobre o processo de elabora o do Plano de Uso Público, falou sobre a nova estrutura do PM
200 com regras gerais e zoneamento, e o PM pede planos específicos para cada área temática. Explica que o
201 PUP   um documento não normativo, que objetiva orientar a gestão como uma ferramenta de planejamento
202 e que traz instrumentos com normas específicas, que são os editais vinculados aos serviços e atividades da
203 UC e os protocolos operacionais que trazem regras específicas, mas que ainda está sendo pensado e
204 construído pelo ICMBio sede. Explicou que o PUP da APACC teve apoio de uma consultoria, com uma
205 semana de oficina, inclusive com participa o de alguns conselheiros. Relatou que o ICMBio publicou
206 novas orienta es que já foram incorporadas ao PUP e que já tem uma minuta para ser enviado para CT do
207 turismo do CONAPACC (Minuta do Plano de uso Público CONAPACC). Comentou que foram utilizados
208 dois documentos orientadores para elabora o do plano de uso público e que a aprova o do Plano de Uso
209 Público dependerá da aprova o do Plano de Manejo para ser publicado na sequência. Vanice
210 (**Prodema/UFPE**) apresentou sugestões detalhadas de altera es textuais na minuta do Plano de Uso
211 Público. Alguns conselheiros sugeriram leitura mais breve sem pontuar detalhadamente e apresentar apenas
212 as d vidas e os pontos mais relevantes do CT Turismo. Assim, Vanice (**Prodema/UFPE**) continua,
213 informando que houve sugestão da cria o do item “31. Estabelecer processo contínuo de coleta e análise
214 de dados referente ao monitoramento da biodiversidade das piscinas naturais”. Clemente (**Bioma Brasil**)
215 questiona sobre os dois naufrágios de Tamandaré, se estão dentro do plano, pois estão justamente no limite
216 entre a APACC e APA de Guadalupe inclusive em fun o do plano estadual de combate do coral sol. Lilian
217 (**ICMBio**) responde que foi identificado que os naufrágios estão na zona de sobreposi o do PM, e o
218 próprio PM diz que   necessário alinhamento com APA de Guadalupe e as SEMAS para efetivar o
219 ordenamento dessas áreas. Clemente (**Bioma Brasil**) reforça que   necessário que isso fique explícito no

220 PUP. Lilian (**ICMBio**) explica que os atrativos já estão descritos no plano dessa forma. Vanice
221 (**Prodema/UFPE**) levanta uma dúvida sobre uso do fogo na UC no tópico 54. Eduardo (**ICMBio**) reforça
222 sobre o que foi falado anteriormente a respeito da zona de sobreposição que deverá ser realizada uma gestão
223 compartilhada entre CPRH e ICMBio. Explica que as considerações feitas acerca do afundamento de navio
224 deverão ser debatidas envolvendo outras instâncias, não no PUP. Quanto ao PUP, as sugestões serão
225 incorporadas ao mesmo, e serão enviadas para GR e conseqüentemente para Brasília, e se o documento
226 ainda estiver imaturo, trabalharão no documento antes de enviá-lo. Tsachi (**Yande**) fala sobre a necessidade
227 do monitoramento dos impactos da visitação nas piscinas e que fique claro no plano o que fazer caso sejam
228 identificados impactos, e perguntou sobre o uso de fogo, se seria sobre aquele usado nas jangadas com os
229 visitantes ou sobre às queimas nas áreas costeiras e nos mangues. Vanice (**Prodema/UFPE**) responde que
230 é importante a presença do monitoramento no PUP, porém ainda não detalharam quais tipos de
231 monitoramento seriam necessários e explicou que talvez o PUP não seria o documento que conteria esse
232 detalhamento sobre monitoramento. Comentou que o uso do fogo não deveria ser utilizado como parte da
233 atividade de visitação. Lilian (**ICMBio**) explica que o que foi discutido é uma diretriz específica do
234 monitoramento, que os parâmetros de análise são padronizados, e que existe um protocolo de
235 monitoramento o ICMBio que tem orientações para sua construção. As normas sobre o fogo estão como
236 um anexo do PUP para facilitar a leitura, são trechos copiados do texto da revisão do PM e que não faz
237 parte do PUP e não foi discutido na construção do PUP. Bruno (**BIOTA**) pergunta sobre relatos culturais
238 do uso do fogo, pois não se recorda do emprego de uso do fogo para meios culturais. Gabriella (**ICMBio**)
239 falou que no *chat* alguns descreveram sobre o uso do fogo: fogueira em luau, pesca com facho, marisqueiras
240 que cozinham os mariscos na praia e churrasco nas piscinas. Luís (**CCC&VB**) explica que usam fogo em
241 parte da “orla” para facilitar a captura do guaiamum e que não gostaria que essa atividade existisse mais.
242 Ele reforça a necessidade do monitoramento da biodiversidade nas áreas de visitação, que se resumem nas
243 piscinas naturais, e de acordo com os impactos, poder promover redução da visitação ou interdição, fala
244 que não sabe se isso é competência do PUP. Ana Paula (**AMITUS**) relata que já foi discutido nas reuniões
245 da revisão do PM sobre o uso de churrasco e bebidas nas piscinas e lembrou do incêndio no mangue
246 provocado pela queima de lixo. Gabriella (**ICMBio**) reforça a fala do Johnny no *chat* que o pessoal usa
247 fogo para fazer reparo nos barcos. Eduardo (**ICMBio**) diz que o uso do fogo não pode ser pauta do PUP,
248 lembra que o Plano de Uso Público não é normativo, ele explica que o uso de fogueira só é proibido nas
249 áreas de visitação dentro da zona de uso moderado que são manguezal e estuário. Marília (**SEDETUR**)
250 pergunta se é proibido usar churrasqueira nas embarcações nas áreas da piscina. Eduardo (**ICMBio**) explica
251 que não há normativa na APACC que proíbe transporte de churrasqueira na embarcação, se estiver fazendo
252 como “serviço” precisa de uma autorização do ICMBio para fazer. Manuela (**IFAL**) que os detalhes não
253 serão mais lidos e reforça a preocupação com o monitoramento da biodiversidade, a dúvida sobre o uso do
254 fogo e alteração de termos e conteúdos utilizados. Tsachi (**Yande**) reforça que é contra o uso do fogo, pois
255 ainda estão queimando muito no mangue, explica que o fogo nas piscinas também é prejudicial e fala que,
256 se o ICMBio só pode proibir o fogo nas atividades de turismo, deveriam pensar em algo para proibir o uso
257 do fogo e som alto nas piscinas que também é muito prejudicial, principalmente pela informalidade dessas
258 pessoas atuando comercialmente. Muniz (**Marinha**) explica que a marinha orienta espaços específicos para
259 churrasqueira nas embarcações, porém não há normas específicas sobre o tema. Eduardo (**ICMBio**) explica
260 que as normas do novo plano de manejo foram realizadas com muita participação e são de forma geral e as
261 normas do UP ficariam no PUP, explica ainda que os PUPs não são normativos e como tudo ainda é novo,
262 espera que os regramentos específicos sejam construídos de forma participativa com a comunidade.
263 Wenderson (**ICMBio**) parabeniza a explicação de Eduardo explica que o ICMBio falhou em não fazer essa
264 explicação dos fluxos anteriormente. Kiko (**ABIH**) relata que agora entendeu que PUP não é um
265 instrumento de ordenamento e sim de planejamento e sugere que combatam o uso indiscriminado do fogo.
266 Vandick (**UFAL**) explica que o documento deve ser importante para o setor produtivo e para conservação
267 da biodiversidade, reforça que a parte referente à pesca esportiva ainda é vago e que os termos da pesca
268 esportiva/recreativa/turística sejam padronizadas, reforça que o documento ainda precisa de contribuições
269 principalmente sobre o uso do fogo. Gabriella (**ICMBio**) sugere que as sugestões expostas hoje sejam
270 absorvidas pela CT Turismo e que seja disponibilizada novamente, encaminhado aos conselheiros e na
271 próxima reunião apresentado o PUP para aprovação.

272 **7) Manifestação sobre Plano de Manejo – CCCVB:** Luiz (**CCC&VB**) apresenta uma carta
273 (Manifestação referente ao Plano de Manejo APACC - Anexo 07) a ser encaminhada ao CONAPACC
274 sobre revisão dos limites da APACC e apoio à pesca artesanal que deveria ter maior representatividade no

275 PM e apresenta um vídeo sobre depoimento de um pescador de São José da Coroa Grande sobre a atual
276 situação da pesca na região. Clemente (**Bioma Brasil**) lembra o processo democrático que a revisão do
277 plano de manejo passou com 2000 pessoas em 43 reuniões, reforçou os vídeos criados por outros parceiros
278 (Fundação Toyota do Brasil e SOS Mata Atlântica) acerca de atores e parceiros que fazem a gestão da
279 APACC, relatou “estranheza” sobre a carta a qual tem força nos pontos sobre os limites da APACC e não
280 sobre os pontos fracos da pesca no PM, pelo *trade* turístico defendendo a pesca artesanal. Reforça que os
281 pescadores participaram dessa construção e que se permitirem que essa carta passe será um desmerecimento
282 a aos pescadores. Pede respeito às decisões tomadas de forma democrática nas reuniões com os pescadores
283 que participaram desse processo e que não devem perder tempo uma vez que os limites são tratados em
284 outra instância. Não concorda com o manifesto da carta. Bruno (**BIOTA**) diz que a carta pode ser enviada
285 para qualquer lugar, mas se submeter ao conselho precisa de aprovação. Relatou que achou confuso a
286 relação entre a fala e o documento, a defesa do setor da pesca pelo setor do turismo sem representatividade
287 alguma no documento e falou que sobre os limites já foi discutido anteriormente sendo criado um GT
288 específico sobre o tema e que vai ser feito paralelamente ao PM. Não concorda com o manifesto da carta.
289 Andrei (**ICMBio**) reforça que todo o trabalho da agenda da pesca que vem sendo é realizada uma “prestação
290 de contas” no CONAPACC e foi interrompido devido à pandemia, fala que o que o vídeo trouxe é uma
291 realidade de toda a APACC e que o conteúdo da pesca inserido no PM está relacionado ao novo formato
292 que foi construído baseado em nova metodologia utilizada pelo ICMBio, que nem todas as regras entrarão
293 no corpo do documento principal, assim como o PUP a pesca também terá um plano específico. Explica
294 que o PUP é uma atividade que exige mais atenção do ICMBio inclusive com maior aporte de apoio e
295 recursos. Explica que a APACC se apropriou mais da agenda da pesca principalmente desde o I Seminário
296 da Pesca em 2015. Relembrou que as oficinas para o diagnóstico da pesca estavam previstas para ocorrer
297 em março início do ano passando pela APA inteira com 14 oficinas objetivando a construção do Plano da
298 Pesca, porém a pandemia impossibilitou a atividade proibindo qualquer reunião presencial do ICMBio.
299 Explicou que sobre a carta, o plano de pesca vai tratar questões específicas e regramento em todos os tipos
300 de zonas e com a revisão do PM as zonas de preservação vão aumentar em mais de 700% e os polígonos
301 da zona de preservação vão aumentar de 4 para 8. Explica ainda que após o maior levantamento de dados
302 primários em uma UC para revisão de plano de manejo os recifes profundos serão incluídos nas zonas de
303 preservação, que atualmente não são contemplados. A zona de produção ou de uso de sustentável é a maior
304 da APACC, com quase 90% da APACC que é permitido pescar, e os regramentos serão para toda essa área.
305 A APACC nunca teve embarcação de fiscalização para águas abertas, e agora tem uma embarcação de 38
306 pés sendo finalizada para essa atividade no valor de 1 milhão de reais, a pandemia está atrasando a entrega
307 da embarcação. A atividade de fiscalização de águas abertas é bastante difícil e conhecida em todo território
308 nacional. O ICMBio por meio do projeto GEF-Mangue objetivou mapear os manguezais brasileiros,
309 baseado nesses dados cartográficos e georreferenciados que os manguezais da APACC foram reajustados
310 nos seus limites. Explica que o CEPENE e UFPE fizeram uma nota técnica para incluir áreas de manguezais
311 que estavam fora dos limites da APACC e diz que mesmo se a área estiver externa aos limites da UC e seus
312 objetivos contemple claramente a preservação dos manguezais, nada impede que a fiscalização atue nessas
313 áreas, pois é continuação da mesma. Tsachi (**Yandê**) reforça a participação dos pescadores na revisão do
314 PM, não concorda com o manifesto da carta pela urgência da aprovação do PM. Leonardo
315 (**ICMBio/CEPENE**) reforça a importância das falas dos conselheiros e de não desqualificar as falas dos
316 conselheiros pois cada um tem legitimidade em suas falas, lembra que em toda a APACC a pesca ainda
317 sustenta muitas famílias e que na revisão do PM foram levantados dois pontos específicos as áreas de pesca
318 do camarão e as agregações reprodutivas das caranhas e que iam ser tratados no plano da pesca. Sugere que
319 o plano da pesca deve ser prioritário e que as reuniões poderiam ser iniciadas de forma virtual, e que o
320 plano da pesca deveria abordar os territórios pesqueiros e as agregações reprodutivas que grande parte está
321 nas áreas dos paleocanais e da quebra da plataforma onde pouca gente vai trabalhar, além dos pescadores
322 e da UFPE e CEPENE. Não existe fiscalização da pesca na APACC, deveria ter apoio outras instituições
323 como no projeto RADAR, como exemplo a operação verão é uma oportunidade para fortalecer a
324 fiscalização, porque a pesca ilegal da lagosta é um absurdo, tendo 99% dos barcos de pesca que atuam não
325 tem permissão e usam petrechos e equipamentos que não são autorizados pelo plano da lagosta, a pesca de
326 arrasto do camarão também deveria ser ordenada, capturam várias espécies ameaçadas, pelo menos o
327 ordenamento em uma área que tem impacto gigantesco. Relatou que em um estudo identificaram que cada
328 barco descarta 37kg de descarte por dia, multiplicando por 4 dias na semana, 5 meses de pesca e 70 barcos
329 é um absurdo, deveriam colocar em prática a construção do plano da pesca, ampliar o trabalho de manejo

330 e ordenamento da pesca, cadastramento e estatística pesqueira, há iniciativas em curso realizadas pela
331 UFPE. Encerrou sua fala explicando que a nota técnica emitida ainda não teve manifestação sobre a
332 inclusão das áreas de manguezal nos limites da APACC assim como os limites da porção leste, de grande
333 importância para os peixes boi e para o licenciamento ambiental. Ana Paula (**AMITUS**) fala sobre
334 participações em reuniões e sobre os temas abordados nas discussões específicas sobre a pesca, as quais
335 abordavam mais sobre defesa do turismo do que sobre temas voltados à pesca. Gabriella (**ICMBio**) fez a
336 leitura do *chat* e lembrou que os limites não são estabelecidos no PM, leu a pergunta de Maurício
337 (**SEMAS/PE**) sobre o *status* do PM em Brasília e Wenderson (**ICMBio**) respondeu que está aguardando
338 pronunciamento e os tramites da sede, inclusive está aguardando o cronograma solicitado pelo MPF à sede.
339 Andrei (**ICMBio**) disse que o Plano de Pesca demanda participação social e que não é um setor engajado
340 no sistema virtual e está tendo dificuldade em fazer reuniões grandiosas com o setor da pesca, é difícil fazer
341 regramentos com esse setor de forma virtual, pois de forma virtual exclui pescadores do processo que não
342 tem acesso à internet ou não tem intimidade com esse tipo de plataforma. Beatriz (**FUNDAJ**) pede inclusão
343 do *chat* nas atas, pois o público que está assistindo a reunião pelo *youtube* não tem acesso ao *chat*. Luiz
344 (**CCC&VB**) faz uma réplica às falas de alguns conselheiros, respondendo ao Tsachi que rever ou
345 reconsiderar o PM é enriquecedor. Diz que não há nenhuma proteção e fiscalização, assim como disse o
346 pescador, e que não depende da pesca, mas se preocupa com a mesma. Respondeu à fala de Clemente que
347 deu mais ênfase a cartografia por ser uma memória mais recente e diz que não há *lobby* político e sim
348 sustentabilidade. Respondeu ao Bruno que não precisa representar pescadores ou ser um para lutar por eles.
349 Diz: *"Levo em consideração o que a Ana colocou, que as pessoas da pesca estão querendo as piscinas
350 naturais, é o que eu disse, ave o turismo! Ave o turismo! Que está empregando a quem não consegue mais
351 se sustentar na pesca. Então é fácil de entender porque os pescadores querem as piscinas naturais. Não
352 tem nada de errado com isso, absolutamente, nada de errado"*. Reforça que sua solicitação antiga para
353 inclusão da área de reprodução das bicudas não foi acatada. Luciana (**BIOTA**) reforça que a revisão do
354 plano de manejo foi construída de forma bastante democrática, reconhece que atualmente já estão sendo
355 identificadas e apontadas algumas falhas no documento, mas em geral é reconhecido por todos como um
356 documento muito bem construído e de qualidade muito superior ao anterior, que continua vigente pela falta
357 de publicação do aprovado, destaca, então, que é melhor aprovar o PM com urgência do que atrasá-lo ainda
358 mais e continuar usando o PM antigo. Vandick (**UFAL**) agradece a discussão pela fala do Lula, reforça que
359 a degradação ambiental aumentou gradativamente principalmente pelas construções, lembra a união para
360 aprovação do PM e que não precisa rever algo que foi feito de forma bem feita para que o documento possa
361 exercer sua função. Carolina (**Yandê**) reforça o processo democrático de revisão do PM inclusive que todo
362 o processo passou pelo CONAPACC. Bruno (**BIOTA**) diz que não se deve desqualificar as propostas, mas
363 é natural discordar, lembrou que CEPENE e UFPE se manifestaram diretamente para o ICMBio de maneira
364 legítima, explicou que se trouxer para o conselho, os conselheiros podem concordar, discordar, aprovar ou
365 não assim como o conselheiro pode sempre trazer propostas. Mauro (**UFPE**) fala que essa discussão é
366 antiga e que a APACC nunca teve vocação para a gestão pesqueira, pergunta se o PM de manejo que
367 querem que aprove na correria ainda terá análise do conselho após ajustes do ICMBio ou será publicado
368 automaticamente, pois poderá sofrer muita modificação. Rosângela (**UFPE**) defende que o PM já passou
369 pelo conselho e que não deve ser revisto. Wenderson (**ICMBio**) respondeu à pergunta do Mauro que
370 tradicionalmente o ICMBio repassa a nova versão do PM para a comunidade dar vistas. Gabriella
371 (**ICMBio**) leva à votação o documento apresentado por Luiz do CCC&VB, sobre revisão do Plano de
372 Manejo Revisado, tendo como resultado: 13 votos não, 8 votos sim e 3 abstenções. Gabriella sugere outra
373 votação, como sugestão de encaminhamento do Vandick sobre moção para celeridade na aprovação do PM.
374 Leonardo (**ICMBio/CEPENE**) sugere que a votação para moção não faz sentido pelas modificações que
375 possivelmente foram feitas. Solicita que a nova versão do PM, com as modificações realizadas, seja
376 entregue aos conselheiros do CONAPACC para leitura e avaliação. Vandick (**UFAL**) solicitou que retirasse
377 a moção como encaminhamento. Mauricio (**SEMAS/PE**) demonstra preocupação da possibilidade de
378 reabertura de revisão do PM em cada reunião, pois o documento não está mais em situação de edição ou
379 redação pelo conselho ou sociedade, diz que o que está acontecendo é morosidade em aprovação do
380 documento e aguarda publicação. Solicita que em momento algum venha a rever o documento antes de sua
381 publicação. Concorda também sobre a interpretação dos limites que está em outro local. Relata que sua
382 interpretação da moção tem o objetivo de acelerar a aprovação. Sugere rápida aprovação, publicação,
383 implementação e posterior monitoramento de sua execução. Wenderson (**ICMBio**) reforça que a revisão
384 do plano de manejo é um processo e consolidação do limite é outro processo, e que a última moção chegou

385 ao seu destino. Marius (**ICMBio**) relata que não houve revisão e sim uma tentativa de consolidação da
386 interpretação do que tem no decreto, na época da revisão do PM foi acordado que o que se trabalharia seria
387 a linha de preamar media da SPU o que abrangia grande parte do território terrestre, com bastante críticas
388 do órgão licenciador do estado de alagoas, o CEPENE e UFRPE indicou também que grande parte do
389 território terrestre dentro da UC atrapalharia o trabalho da gestão e de acordo com os objetivos de criação
390 da unidade o foco deveria ser proteção do território costeiro marinho. Explicou que foi realizado um
391 posterior trabalho de revisão do entendimento da linha de preamar, apesar de não ser uma linha oficial, mas
392 utilizaria a linha base do ano 1997. No atual documento que está sob aprovação foram suprimidas as áreas
393 habitadas e as zonas inseridas nessas áreas, urbano industrial e populacional, sem alteração dos textos
394 trabalhados nas oficinas, pois foi aprovado de maneira legítima com participação social. Bruno (**BIOTA**)
395 reforça a sugestão de disponibilização da versão final do PM que está sob análise para leitura dos
396 conselheiros. Leonardo (**ICMBio/CEPENE**) pergunta se a tramitação na coordenação do PM já foi
397 concluída e reforça o pedido da última versão do PM. Marius (**ICMBio**) responde que terá uma reunião
398 neste dia e explica que depende do alinhamento das regras do uso público e ajuste do ponto focal de
399 geoprocessamento para os mapas e tamanho das zonas. Também explica que o MPF deu um prazo de trinta
400 dias, o qual deve finalizar na próxima semana. Eduardo (**ICMBio**) explica que não foi o conselho que fez
401 o PM e que não é o conselho que vai aprová-lo, reforça que todas as alterações que foram realizadas já
402 foram explicadas e não entende a necessidade de avaliação do PM pelo CONAPACC, o qual foi aprovado
403 quase que por unanimidade. Maurício (**SEMAS/PE**) lembra que a discussão entre PM e limites são
404 distintas, mas que o diálogo sobre os limites não seja descartado. Afirma que não vê problemas na
405 disponibilização da última versão do PM para ser visualizado pelos conselheiros. Gabriella (**ICMBio**)
406 pergunta se o conselho quer a disponibilização da última versão do PM para os conselheiros. Todos a favor.
407 Eduardo (**ICMBio**) pergunta se não seriam dois trabalhos ver um documento que não foi finalizado pelo
408 presidente do ICMBio. Mauricio (**SEMAS/PE**) reforça a importância da presença de servidores do ICMBio
409 que estão acompanhando o processo. Gabriella (**ICMBio**) leva para votação a criação de um GT para
410 revisão dos limites da APACC. Alguns conselheiros relataram ter dúvidas sobre a alta quantidade de
411 abstenções não previstas no regimento interno do CONAPACC. Eduardo (**ICMBio**) explicou que em casos
412 omissos é a plenária que decide. Gabriella (**ICMBio**) relatou o resultado da votação com 10 abstenções, 7
413 votos sim e 3 votos não, concluindo que devido ao grande número de abstenções, a proposição foi retirada
414 e se houver necessidade será retomada na próxima reunião. Leonardo (**ICMBio/CEPENE**), fala que seria
415 necessário a participação da coordenação de consolidação territorial. Gabriella (**ICMBio**) reforça que já
416 houve convite, mas não participaram, mas podem fazer um novo convite. Karine (**UFRPE**) solicita que a
417 nota técnica produzida pelo ICMBio/CEPENE seja disponibilizada para o conselho antes da criação do
418 GT. Gabriella (**ICMBio**) reforça os encaminhamentos, que a criação do GT para acompanhar a revisão dos
419 limites da APACC retorne na próxima reunião, disponibilização da nota técnica para o conselho antes da
420 criação do GT, apresentação do CEPENE e convite da coordenação de Brasília. Todos concordam.
421 Maurício (**SEMAS/PE**) reforça que de acordo com o regimento, o 2º convite não é mais convite e sim
422 convocação. Gabriella (**ICMBio**) fala que a convocação será encaminhada novamente a coordenação, mas
423 não tem como garantir a presença de representantes.

424 **Pauta - 8) Proposta de convocação da Braskem para esclarecimentos sobre prospecção e exploração**
425 **do litoral norte de AL - Instituto Biota:** Bruno (**BIOTA**) sugere convidar a Braskem para a próxima
426 reunião do CONAPACC para trazer esclarecimentos sobre o tipo de exploração que pretende realizar na
427 região. Gabriella (**ICMBio**) leva para aprovação a proposta de convite da Braskem. Aprovada por todos.

428 **Pauta - 9) Criação de um GT sobre prevenção da invasão do coral-sol:** Gabriella (**ICMBio**) explicou
429 que o último ponto de pauta demandado pela SEMARH-AL não teve representantes presentes, então propôs
430 adiar a pauta para próxima reunião. Releu todos os encaminhamentos, conforme consta abaixo. Sobre o
431 PUP, a CT Turismo vai fazer nova minuta a partir das considerações dos conselheiros e o documento será
432 encaminhado por e-mail, e submetido a votação na próxima reunião ordinária. A respeito do PM, os
433 conselheiros pediram acesso à última versão, e foi sugerido que a questão dos limites da UC seja debatida
434 na próxima reunião, com a convocação a equipe do ICMBio de Brasília e ao Cepene para apresentar aos
435 conselheiros. A Braskem também será convidada a contextualizar sobre a prospecção no litoral norte.
436 Mauro (**UFPE**) questionou sobre o processo original de criação da APACC, que foi solicitado pelos
437 conselheiros. Wenderson (**ICMBio**) respondeu que não encontraram o processo no ICMBio, enviaram
438 ofício para IBAMA-AL, que está procurando o processo. Mauro (**UFPE**) relatou que a base técnica foi
439 encaminhada diretamente pelo CEPENE à antiga Diretoria de Ecossistemas (Direc) e nunca tiveram acesso

440 ao processo completo. Gabriella (**ICMBio**) acrescenta que foi feita a solicitação de inserção do texto do
441 *chat* da plataforma virtual exclusiva dos conselheiros (Zoom) como anexo a ATA, a qual foi aprovada pela
442 plenária. Bruno (**BIOTA**) reforça que a ata é feita pelo áudio e o *chat* só vai como anexo. Wenderson
443 (**ICMBio**) agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião as 13:08.
444

445 **Encaminhamentos:**

- 446 1. Lilian enviará Link *powerbi* referente ao uso público;
- 447 2. Manuela Kaspary enviará projeto IFAL;
- 448 3. Inserir na próxima reunião pauta ligada aos acessos à praia;
- 449 4. GT Licenciamentos IMA: vai oficiar o IMA solicitando os estudos técnicos e demais fundamentos que
450 embasam as autorizações ambientais de obras de contenção;
- 451 5. GT Licenciamentos IMA: vai articular contribuições e acompanhamento do procedimento nº
452 1.11.000.0000807/2020-65 junto ao MPF-AL
- 453 6. Sugestão de que a Prefeitura de Maragogi faça uma solicitação oficial de criação de área de visitação.
- 454 7. CT Turismo vai captar sugestões dos conselheiros, enviará por e-mail e na próxima reunião apresentará
455 a minuta do PUP para aprovação;
- 456 8. Não aprovação da revisão do PM solicitada em carta do CCC&VB;
- 457 9. Disponibilização da última versão do PM para os conselheiros;
- 458 10. Debate sobre os limites da APACC levado para a próxima reunião, criação do GT, com
459 disponibilização da nota técnica para o conselho, apresentação do CEPENE sobre a Nota Técnica produzida
460 e convocação da Coordenação de Consolidação Territorial de Brasília;
- 461 11. Convite à Braskem na próxima reunião do CONAPACC para trazer esclarecimentos sobre
462 empreendimento;
- 463 12. Inserção do texto do *chat* do Zoom como anexo da ATA
464